

MEMORANDO

I/JD.RJ/0052 /87



Rio de Janeiro, 10 de abril de 1987.

DE Clóvis Ferro Costa  
Diretor Jurídico  
PARA Luiz Eduardo Veiga Lopes  
Diretor de Coordenação  
Ass: Índios Avã Guarani.

Durante a sua ausência, no dia 27 de março, promovi contato com representantes da comunidade Avã Guarani a fim de encaminhar uma solução amigável para a pendência que instaurara contra nós.

Temos conversado sobre o assunto e evolui da antiga posição de contestação pura e simples para um exame mais aprofundado do tema. A minha convicção pessoal, hoje, é de que o pleito dos índios não é desarrazoado, de um lado; de outro, é evidente que o relatório sobre o qual se baseou ITAIPU não é veraz.

Digo isso em caráter confidencial, para evitar explorações judiciais e políticas.

Com efeito, os Avã Guarani foram apresentados como tendo anteriormente apenas área em torno de 34 ha. E como ITAIPU transferiu-lhes cerca de 250, a nossa postura teria sido generosa. Ocorre que o dado inicial é, manifestamente, incorreto, já pelos antecedentes de ocupação da área, já pelas informações coligidas. O próprio alegado nomadismo dos índios, contraposto com elementos em seu desfavor, induz à evidência de que não se reuniam eles numa área tão pequena.

Dessa maneira, ao invés de ITAIPU ter sido generosa, provavelmente terá subtraído muita área aos indígenas.

É claro que não digo isso publicamente, mas, em correspondência reservada, não tenho dúvidas em suscitar o problema. Não obstante essas ponderações e em face de não saber se teria terra disponível para um assentamento melhor, optei por deba

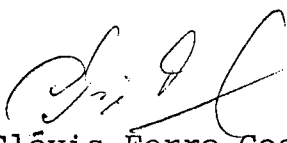
MEMO I/JD.RJ/0052/87 de 10 de abril de 1987 - fls. 2

ter com os próprios interessados a adoção de medidas de apoio mencionadas na ata preliminar cuja cópia lhe submeto. Tomei essa iniciativa com boa vontade, sem querer invadir competência de outros colegas, em face de uma discussão judicial que se iniciou e nos pressiona fortemente.

Como temos ambos a mesma diretriz social, diria melhor como a tem a Diretoria brasileira, entendo que desbravar essa possibilidade de reconciliação, sobretudo em face da pressão do Banco Mundial, seria um bom serviço.

Espero, por isso, seus comentários e muito me agradaria a possibilidade de atuarmos com uma visão comum nessa delicada questão.

Do seu amigo,

  
Clóvis Ferro Costa  
Diretor Jurídico

/ob